

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 12/Set



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3255 - Ano 2024



CREDORES DA GOCIL CONVOCADOS PARA ASSEMBLEIA DIA 17/9

CASO GOCIL

ACOMPANHE O PROCESSO

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES

A etapa mais importante do processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL do Grupo Gocil (Gocil Vigilância, Gocil Serviços, Washington Cinel e outros) acontecerá no próximo dia 17 de setembro. O Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível do Estado de São Paulo está convocando todos os credores do Grupo Empresarial para ASSEMBLEIA GERAL no dia 17 de setembro de 2024, às 10hs para “deliberar sobre a aprovação, rejeição ou modificação do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela devedora”.

Em verdade no dia 17 é a segunda convocação, uma vez que não houve quórum no grupo de credores trabalhistas (empregados credores da

empresa) na 1ª Convocação chamada para o dia 27 de agosto passado. No dia 17, entretanto, a Assembleia deliberará com qualquer número de participantes.

A deliberação e a verificação do quórum é por grupo de credores. Estes estão classificados, principalmente, como trabalhistas, quirografário, garantia real.

7.408 TRABALHADORES TEM CRÉDITOS A RECEBER

No processo estão relacionados 7.408 trabalhadoras e trabalhadores com créditos a receber da Gocil, sendo 4.348 da Gocil Vigilância e os demais são, principalmente, da Gocil Serviços (**Veja a lista na página CNTV.**

(https://www.cntv.org.br/noticia__11833__.html)

QUAL A PROPOSTA DA EMPRESA PARA PAGAR AOS TRABALHADORES?

No plano de recuperação apresentado ao Juízo a empresa apresenta duas opções para o pagamento do créditos dos trabalhadores (trabalhista):

- **OPÇÃO 1** – Pagamento de 50% do crédito, limitado a 150 salários mínimos, parcelado em até 12 (doze) vezes a contar da homologação do plano;

Os créditos de natureza estritamente salarial, também com deságio de 50% e até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por credor, pagos em até 303 dias a contar da homologação do plano.

- **OPÇÃO 2** – Pagamento do crédito em 5 (cinco) anos, sem deságio. Nesta opção estão incluídas verbas rescisórias.

Conheça o resumo do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Gocil **na página da CNTV.** (https://www.cntv.org.br/noticia__11833__.html)

COMO SE HABILITAR PARA PARTICIPAR E VOTAR NA ASSEMBLEIA?

Segundo o Juízo a Assembleia será virtual, através da plataforma Assembledx (<https://lindosoearaujo.assembledxvirtual.com.br>), sendo necessário que o credor ou seu representante realize o cadastramento prévio. Portanto o trabalhador/credor pode participar diretamente, indicar procuradores ou autorizar o seu Sindicato.

O passo a passo para se habilitar é:

- 1) Confirmar o nome na lista de credores;
- 2) Realizar o pré-cadastramento pelo e-mail contato@lindosoearaujo.com.br até as 10hs do dia 16/09/24. No ato do credenciamento o credor deve informar o Nome, Classe, CPF, e-mail, nº telefone celular;
- 3) Outras orientações com os procedimentos para admissão e participação no dia da Assembleia, **veja na página cntv**

NOSSA OPINIÃO – As histórias de recuperação judicial de empresas de prestação de serviços e terceirização, notadamente de empresas de segurança e vigilância, sempre carregaram uma nuvem de desconfiança de armação, com o trabalhador perdendo seus direitos e pagando a conta da irresponsabilidade empresários inescrupulosos, gananciosos,

desonestos. Poderia até ser tachados de incompetentes, mas não é o caso, pois estes saem do caso com o patrimônio pessoal e o bolso preservado e bem robusto. Em Goiás e Pernambuco acompanhamos os exemplos mais retumbantes no setor de vigilantes. O caso de Goiás o empresário fugiu da responsabilidade com um “cofre de barras de ouro”.

Outros, menos refinados, optam pela famosa “quebrança” na cara de pau mesmo.

O caso GOCIL não foge à regra. O empresário “arrota caviar” o tempo todo, vendeu prestígio e poder no governo Bolsonaro, inclusive realizando o famoso jantar para o tal presidente na sua mansão, atraindo parcela da elite empresarial paulistana. Neste interim toma milhões e milhões emprestados nos bancos, o ultimo, de cerca de 500 milhões no Banco do Nordeste, banco público, por sinal, oferecendo como garantia contratos e créditos das empresas de Vigilância e Serviços. Não consegue pagar, alega uma dívida acumulada de 1bi e 700 milhões e aí pede recuperação judicial na Vara de Falências, na intenção de pagar aos credores menos da metade desta dívida, em longos parcelamentos (para os trabalhistas a opção de 5 anos, mas para outros credores as opções chegam a 12 anos).

As duas opções para os trabalhadores não cruéis e criminosas. Imagine abrir mão de metade do seu salário para o patrão.

Na nossa opinião o voto na Assembleia do dia 17 é **NÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Temos de dizer um basta a esta indústria de rasteira nos trabalhadores.

O dono da Gocil tem patrimônio para pagar integralmente os seus direitos.

Há poucos meses flagramos a farra, o regabofe que faziam na Feira de Segurança em São Paulo. Tudo isto com o trabalhador pagando a conta.

NÃO AO PLANO DA GOCIL.

Jose Boaventura – Presidente da CNTV

MAIS UMA PROMESSA COM OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS FOI CUMPRIDA PELO GOVERNO LULA

DIRETOR DA CNTV E DEPUTADO DISTRITAL CHICO VIGILANTE PARTICIPA DE ATO DE ASSINATURA DE DECRETO QUE PODE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS TERCEIRIZADOS NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS



Foto: Adalberto Marques (MGI)

Presidente Lula assina Decreto que visa a criação de ambiente de trabalho mais digno e justo para trabalhadores terceirizados

No dia 09 de setembro, segunda-feira, a Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV esteve no Palácio do Planalto, a convite do Presidente Lula, para acompanhar a assinatura de sanção do Estatuto da Segurança Privada e lá fomos informados que ainda nesta semana seria assinado o Decreto que visa criar ambientes de trabalho mais justos e dignos para os trabalhadores terceirizados, garantindo direitos fundamentais e ainda, que seríamos novamente convidados para presenciar a assinatura deste Ato. Como já havíamos recebido a minuta do mesmo para conhecimento, claro que de pronto, agradecemos o convite e confirmamos nossa presença.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, assinaram, nesta quarta-feira (11/9), o decreto que visa ampliar a proteção e melhorar as condições de trabalho de trabalhadores que prestam serviços terceirizados em órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. O Decreto 12.174, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024 é fruto da parceria entre os dois ministérios.

A norma estabelece a aplicação de regras trabalhistas para contratos administrativos celebrados com órgãos e entidades públicas federais, inclusive nos setores de obras e



Governo Federal convida CNTV para participar de ato de assinatura de decreto que visa a criação de ambiente de trabalho mais digno e justo para trabalhadores terceirizados

serviços de engenharia. Também exige a criação de mecanismos de denúncia contra discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho. Com a medida, o Governo Federal espera criar ambientes de trabalho mais justos e dignos para os trabalhadores terceirizados, garantindo direitos fundamentais.

“O presidente me pediu desde o ano passado que tivéssemos um tratamento digno aos trabalhadores terceirizados do governo federal. Temos 73 mil pessoas que trabalham diretamente para o governo por contratos terceirizados”, afirmou a ministra Esther Dweck. “Um dos pedidos do presidente, feito no Natal do ano passado, é que fosse possível que todos os trabalhadores terceirizados possam tirar o recesso de fim de ano, como todos os servidores, fazendo a compensação de horas”, completou.

O decreto prevê condições mais flexíveis para regimes de trabalho, compensação de horas ou reorganização de escala. O Ministério da Gestão vai regulamentar as medidas do decreto. Entre elas, a redução da jornada de 44 para 40 horas, como os servidores. O objetivo

é alinhar a carga horária dos terceirizados com a realidade de órgãos que não funcionam nos finais de semana, evitando sobrecarga diária.

Além disso, o decreto estabelece que dias de recesso ou com escala de trabalho diferenciada para a equipe do órgão, por motivos de feriados e outras festividades, por exemplo, também devem ser considerados para os trabalhadores terceirizados, até mesmo para evitar a manutenção desnecessária de pessoal em horários com pouca demanda, o que, inclusive, pode gerar custos adicionais para a Administração.

Outro destaque é a mudança nas licitações para contratos de serviços contínuos. Antes, empresas ofereciam preços mais baixos nas licitações, muitas vezes à custa de salários reduzidos para os trabalhadores. A partir da publicação do decreto, as propostas só serão aceitas se os valores previstos para salário e benefícios estiverem compatíveis com os custos estimados pela Administração, conforme explicitado nos editais de licitação.

“Essas mudanças nas regras de contratação de terceirizados representam um avanço

importante. Agora vamos ter foco em equalizar a relação menor preço com as garantias trabalhistas em busca de qualificação e cuidado com as pessoas que prestam serviço para a Administração Pública”, afirmou Roberto Pojo, secretário de Gestão e Inovação do MGI.

Regulamentação

As regras estabelecidas no decreto serão regulamentadas pela Secretaria de Gestão e Inovação (Seges) do MGI, que editará normas complementares para as adaptações dos órgãos e entidades. O objetivo é uniformizar o tratamento das garantias trazidas no decreto e diminuir o impacto na gestão contratual.

Algumas medidas voltadas à melhoria das condições de trabalho exigirão mais tempo para implementação, enquanto outras são esperadas para terem efeito ainda este ano. “As instruções normativas estão sendo concebidas para serem lançadas em breve, juntamente com modelos de editais, termos de referência, contratos e aditivos, elaborados em parceria com a AGU (Advocacia-Geral da União)”, orientou Everton Santos, diretor de Normas e Sistemas de Logística (Delog) da Seges/MGI.

O Ministério da Gestão realizará webinar sobre o tema, que está previsto para ocorrer na primeira semana de outubro.

Para Chico Vigilante, diretor da CNTV e Deputado Distrital PT/DF, que esteve na assinatura do Decreto, o presidente Lula segue reparando injustiças cometidas pelo governo do Capitão Capiroto contra a classe trabalhadora brasileira. Para se ter uma noção clara do que está sendo dito, o Governo Bolsonaro permitiu que as licitações no âmbito federal fossem feitas para os terceirizados de forma genérica e não com base nas Convenções Coletivas de

Trabalho de suas respectivas categorias. Os vigilantes do Distrito Federal, por exemplo, perderam plano de saúde, dentre outros benefícios. As secretárias dos ministérios chegaram a ter perdas salariais que passavam de mil reais.

Nosso Diretor Chico Vigilante, os dirigentes do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal e representantes de outros sindicatos de terceirizados tiveram várias reuniões com os Ministros Marinho e Esther e o presidente Lula, após tomar ciência do fato, prometeu que esta situação seria resolvida e de fato, agora será.

Este Decreto proíbe qualquer tipo de licitação que não adote os valores das convenções coletivas. Ou seja, nossos terceirizados não correm mais risco de receberem salários menores que o estabelecido nas convenções, muito menos de perderem direitos a Plano de Saúde, ticket alimentação, férias e outros.

É mais uma decisão acertada de um líder que se preocupa realmente com a classe trabalhadora. Uma luta contínua e que conquista mais uma vitória ao acabar com o esquema de abuso e restrições de direitos dos trabalhadores terceirizados montado pelo Governo Bolsonaro na Esplanada dos Ministérios.

Para Chico Vigilante nós temos um papel muito importante agora: “Nosso papel, agora, é contribuir para a expansão, adoção e fiscalização do decreto em todos os cantos do País. Quanto ao DF, ele crava: “No Distrito Federal, serei um ferrenho defensor da decisão tomada pelo presidente Lula. Contem comigo!”

Foto: Adalberto Marques (MGI)

FONTES: CNTV



Foto: Adalberto Marques (MGI)

A CNTV NO ENCONTRO DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DIZ NÃO A PRECARIZAÇÃO ATRAVÉS DO “APRENDIZ”



CNTV presente na abertura do 11º ENEFAV – Encontro Nacional das Escolas de Formação de Vigilantes

A CNTV, representada José Boaventura - Presidente e Amaro Pereira – Diretor esteve presente na abertura do 11º ENEFAV – Encontro Nacional das Escolas de Formação de Vigilantes na última quarta-feira, dia 4 de setembro, na cidade de São Paulo.

Os representantes também acompanharam a palestra da Dra. Tais Lisboa, Auditora do Ministério do Trabalho, que falou sobre o programa nacional de aprendizagem e as ações para o cumprimento da cota de aprendiz pelas empresas do setor de segurança e vigilância.

Sobre este assunto a CNTV tem se posicionado contra o “programa de aprendizagem” e favorável ao emprego de Vigilante jovem, bastando o curso de formação de vigilante e a CNV – Carteira Nacional de Vigilante expedida pela Polícia Federal.

A proposta da CNTV dispensando os dois meses do curso de aprendizagem do Senac e instituições similares, dos cinco meses de treinamento no posto de serviço, algumas vezes armado. O programa cria uma figura de “vigilante aprendiz” desnecessária, pois este trabalhador já estaria habilitado com a formação específica e o registro na PF como vigilante.

Para as empresas não deixa de ser um bom negócio, pois aproveitam este “aprendiz” para pagar salários de 700 reais (abaixo do mínimo e do piso salarial), negando ainda os demais benefícios fixados na CCT. Isto é mais uma forma de precarização e escravização do trabalhador. Para nós, Vigilante formado e registrado precisa ser contratado com piso salarial fixado na CCT e todos os direitos.

Fonte: CNTV



A assembleia em Candeias discutiu e aprovou por unanimidade a **PROPOSTA SALARIAL** apresentada pelo diretores do **SINDMETROPOLITANO** nesta segunda-feira, 09/09.

Na manhã desta segunda-feira, 09/09, ocorreu uma assembleia em Candeias onde a **PROPOSTA SALARIAL** foi **APROVADA** por **UNANIMIDADE**.

A união e o comprometimento dos VIGILANTES PRESENTES refletem o empenho em buscar melhorias para a categoria. A participação de todos foi fundamental e reforça a importância da união para conquistas coletivas. Parabéns a todos os envolvidos!

FONTE: Assessoria de Comunicação do SINDMETROPOLITANO

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF